

AJUSTE

Só cortes não resolvem, dizem ex-ministros



Delfim: "Impossível atingir equilíbrio com mais impostos"



Kandir: "É preciso reforçar os mecanismos de defesa"

Delfim e Kandir defendem fortalecimento da economia, com estímulo a exportações e redução de juros

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA - O modelo de ajuste fiscal proposto pelo governo poderá mostrar-se pouco eficiente se não forem revisadas, e ampliadas, as metas de crescimento da economia. Na avaliação de políticos especializados em economia e com experiência administrativa, é preciso aumentar a arrecadação - o que não quer dizer, exclusivamente, tirar mais dinheiro da população - e reduzir as taxas de juros. Para eles, sozinho, o corte de gastos não trará os resultados pretendidos pelo governo.

Ainda não há consenso sobre o modelo de ajuste viável e eficaz para a urgência imposta pela crise financeira internacional. A semana começou com um forte discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso e terminou com uma onda de especulações sobre eventuais medidas pós-eleitorais em gestação pela equipe econômica: reunião com os governadores eleitos para formalizar um programa de saneamento do déficit público, criação de um gatilho para cortar o Orçamento e aumento de impostos.

Para o deputado e ex-ministro do Planejamento Antônio Delfim Neto (PPB-SP), ao admitir um eventual aumento dos impostos, o governo propõe-se a "punir" exatamente o que deveria "estimular": as exportações. "É impossível atingirmos equilíbrio com mais impostos", afirmou. "O Brasil já tem a maior carga tributária entre os países com sua renda per capita." Segundo ele, é provável que o governo "dê mais um aperto" na classe média, elevando as alíquotas do Imposto de Renda, e ainda venha "a lembrar-se do imposto sobre as grandes fortunas", que na sua opinião é "pouco rentável e tem custos dramáticos de recolhimento".

Espantado com as especulações em torno do aumento de impostos veiculadas pela mídia, Delfim preferiu não apontar soluções, mas manteve algumas de suas posições, incluídas as críticas à política econômica. "Um ajuste fiscal sem crescimento da economia é muito difícil de ser feito", ressaltou, garantindo que "não há nenhum exemplo histórico no mundo" de países que tenham equacionado seus déficits sem impulsionar a atividade econômica. "O governo tem de fazer uma virada de 4% no déficit primário, o que é uma possibilidade mínima em um regime de recessão."

O deputado reafirmou que a equipe econômica cometeu "erros grosseiros" na condução da economia que "não têm nada que ver" com o Plano Real. "O Plano Real acabou há dois anos, com muito sucesso", disse Delfim, qualificando o programa de estabilização como o "passo inicial" para a retomada do crescimento. Criticou o aumento dos juros como resposta a "cada novo problema e risco" e defendeu - em parte - os Estados e municípios, agora responsabilizados pelo rombo nas contas públicas por Fernando Henrique. "É visível que eles foram vítimas da política econômica, que promoveu juros impensáveis, redução da atividade econômica e das receitas."

Ex-ministro do Planejamento do atual governo, o deputado Antônio Kandir (PSDB-SP) também chamou atenção para a urgência de "oxigenar" a economia brasileira. "O governo Clinton tinha um déficit de US\$ 332 bilhões e o resolreu acelerando o crescimento econômico", comparou. A receita, acredita Kandir, também se aplica ao Brasil. "É preciso impulsionar as exportações e, com isso, abrir espaço para a redução dos juros."

Kandir insistiu que o declínio das taxas de juros - elevadas para 49,25% ao ano, para frear a fuga de dólares - é o instrumento mais importante para o fortalecimento da economia brasileira neste momento. Ele ressaltou que um novo tratamento às importações "desleais" - aquelas que esvaziam a competitividade dos produtores nacionais - faz parte da pauta de discussões. "Se estimularmos as exportações, neutralizando as importações desleais, as taxas de juros poderão cair", garantiu. "É preciso reforçar os mecanismos de defesa."